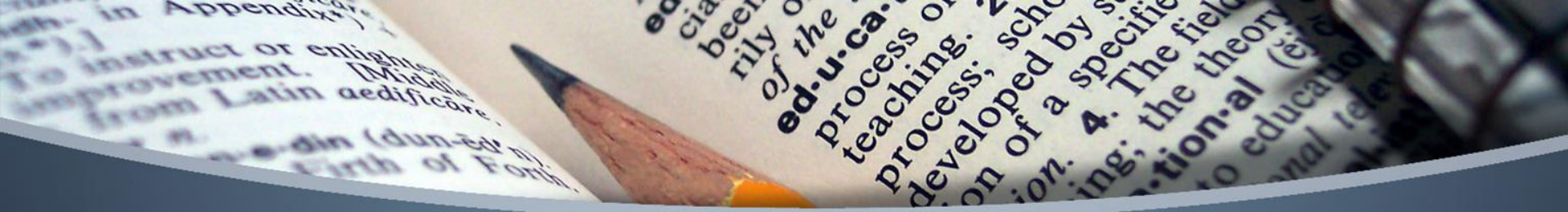




LEGISLAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO

Prof. João Carlos O. Pena
joao.pena@pitagoras.com.br



Capítulo 1 – Legislação de Saúde e Segurança do Trabalho

- Evolução histórica;
 - Cronologia da saúde e segurança do trabalho no Brasil;
- Hierarquia das normas de saúde e segurança do trabalho;
 - Constituição Federal de 1988.
 - Legislação Federal.

Evolução histórica

- A legislação de saúde e segurança do trabalho atual, assim como outras áreas do conhecimento humano, passou e continuará passando por inúmeras transformações.
- Essas transformações foram motivadas por vários acontecimentos que exigiram novas leis, decretos, convenções, entre outros, ou mesmo a adaptação dos mesmos.

Evolução histórica

- Lutas de cunho social;
- Acidentes leves;
- Acidentes fatais;
- Greves trabalhistas;
- Estudos e pesquisas na área;
- E reivindicações sociais que vem crescendo muito nos últimos tempos.

Cronologia da SST no Brasil

- 1891 – Já existem documentos normativos relacionados à segurança do trabalho. Regulamentação do trabalho de menores empregados nas fábricas da Capital Federal, Rio de Janeiro (1822 a 1889 e 1889 a 1960).
- 1918 – Criação do Departamento Nacional do Trabalho, que tinha como uma de suas atribuições inclusive dirigir e proteger as correntes imigratórias que procurarem o país.

Cronologia da SST no Brasil

- 1932 – Criação das Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nos Estados, com a finalidade de fiscalizar a saúde e segurança do trabalho por todo o país.
- 1933 – Criação das Delegacias do trabalho Marítimo (DTM).
 - Portos;
 - Pesca;
 - Navegação.

Cronologia da SST no Brasil

- 1934 – Adotada a obrigatoriedade de comunicação de acidentes de trabalho às autoridades policiais. Impondo multas administrativas pelo Departamento Nacional do Trabalho.
- 1940 – As inspetorias criadas em 1932 foram transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho.

Cronologia da SST no Brasil

- 1º de maio de 1943 – A legislação trabalhista ganhou forma na vida dos trabalhadores, as leis de proteção ao trabalho foram agrupadas num único documento legal: a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).
- 1947 – a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu que cada membro da OIT deveria ter um sistema de inspeção do trabalho nos estabelecimentos industriais e comerciais.

Cronologia da SST no Brasil

- 1957 – assinado pelo então Presidente da República (Juscelino Kubitschek) um decreto que aprovava Convenções entre o Brasil e vários outros países também participantes das OIT.
 - Convenção nº 11 - Convenção concernente aos Direitos da Associação e de União dos Trabalhadores Agrícolas, adotada na Terceira Conferência de Genebra, a 12 de novembro de 1921 e modificada pela Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946.

Decreto nº 41.721 de 1957

- Convenção nº 12 - Convenção concernente à Indenização por Acidentes no Trabalho e na Agricultura, adotada pela Conferência na sua Terceira Sessão - Genebra, novembro de 1921 (com as modificações da Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946)
- Convenção nº 14 - Convenção concernente à Concessão do Repouso Semanal nos Estabelecimentos Industriais, adotada na Terceira Sessão da Conferência de Genebra, em 17 de novembro de 1921 (com as modificações finais, de 1946).

Decreto nº 41.721 de 1957

- Convenção nº 19 - Convenção concernente à Igualdade de Tratamento dos trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes de Trabalho, adotada pela Conferência em sua Sétima Sessão - Genebra, 5 de junho de 1925 (com as modificações da convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946).
- Convenção nº 26 - Convenção concernente à Instituição de Métodos de Fixação de Salários Mínimos, adotada pela Conferência em sua Décima Primeira Sessão - Genebra, 16 de junho de 1928.

Decreto nº 41.721 de 1957

- Convenção nº 29 - Convenção concernente à Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotada pela Conferência em sua Décima Quarta Sessão - Genebra, 28 de junho de 1930 (com as modificações da Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946).
- Convenção nº 81 - Convenção concernente à Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio, adotada pela Conferência em sua Trigésima Sessão - Genebra, de 19 de junho de 1947.

Decreto nº 41.721 de 1957

- Convenção nº 88 - Convenção concernente à Organização do Serviço de Emprego, adotada pela Conferência em sua Trigesima Primeira Sessão - São Francisco, 17 de junho de 1948.
- Convenção nº 89 - Convenção relativa ao Trabalho Noturno das Mulheres Ocupadas na Indústria (Revista em 1948), adotada pela Conferência em sua Trigesima Sessão - São Francisco, 17 de junho de 1948.
- Convenção nº 95 - Convenção concernente à Proteção do Salário, adotada pela Conferência em sua Trigesima Segunda Sessão - Genebra, 1º de junho de 1940.

Decreto nº 41.721 de 1957

- Convenção nº 99 - Convenção concernente aos Métodos de Fixação de Salário Mínimo na agricultura, adotada pela Conferência em sua Trigésima Quarta Sessão - Genebra, 28 de junho de 1951.
- Convenção nº 100 - Convenção concernente à Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Masculina e a Mão de Obra Feminina por um Trabalho de Igual Valor, adotada pela Conferência em sua Trigésima Quarta Sessão, em Genebra, a 29 de junho 1951.

Decreto nº 41.721 de 1957

- Convenção nº 101 - Convenção concernente às Férias Pagas na Agricultura, adotada pela Conferência na sua Trigésima Quinta Sessão - Genebra, 4 de junho de 1952, e tendo sido depositado, a 25 de abril de 1957, junto à Repartição Internacional do Trabalho em Genebra, Instrumento brasileiro de ratificação das referidas convenções.

Cronologia da SST no Brasil

- 1965 – Firmado o Regulamento de Inspeção do Trabalho, que estrutura a carreira dos Agentes da Inspeção do Trabalho nas seguintes especialidades:
 - Fiscal do Trabalho;
 - Médico do Trabalho;
 - Engenheiro;
 - Assistente Social.

Cronologia da SST no Brasil

- 1968 – Criação do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT), com a finalidade de dispor sobre a organização da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na empresas.
- 1972 – Tornou-se obrigatória a existência de serviços de medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho em todas as empresas com um ou mais trabalhadores.

Cronologia da SST no Brasil

- 1977 – Foi alterado o Capítulo V do Título II da CLT com o intuito de gerar outras providências e competências.
- 1978 – O Ministério do Trabalho e Emprego cria uma portaria que aprova as Normas Regulamentadoras (NRs) com o objetivo de regulamentar o novo Capítulo V, Título II da CLT. Essas NRs estão presentes até os dias de hoje.

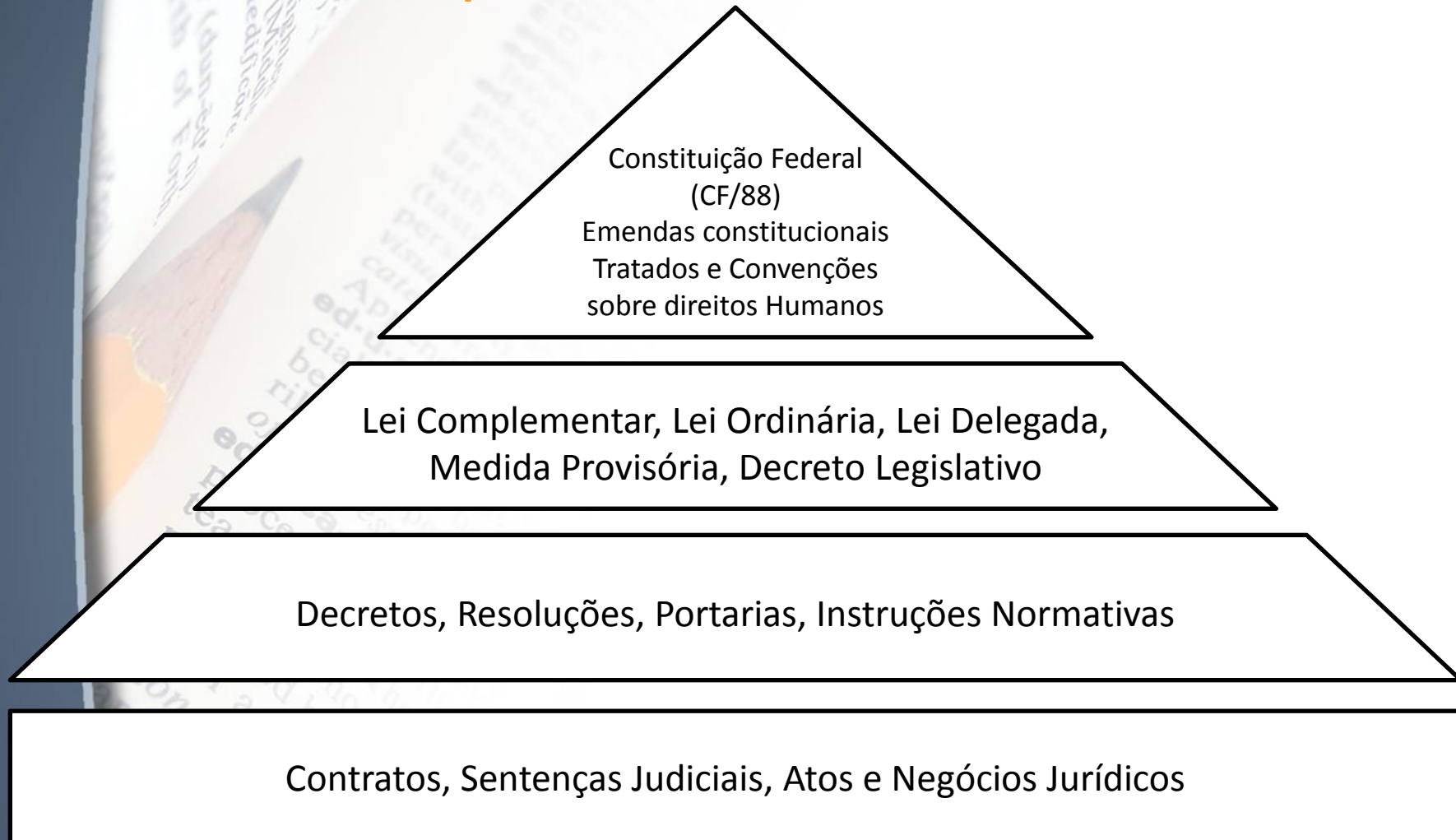
Cronologia da SST no Brasil

- 1988 – Foi aprovada a atual Constituição Federal (CF/88), consagrando diversos mandamentos constitucionais que direta ou indiretamente, estão relacionadas com saúde e segurança do trabalho.

Constituição Federal de 1988

- “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” (BRASIL,1988)

Hierarquia das normas de SST



Constituição Federal de 1988

- A atual constituição consagra diversos mandamentos constitucionais que, direta ou indiretamente estão relacionados com saúde e segurança do trabalho.
- Art. 7º
 - XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
 - XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

Constituição Federal de 1988

- XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
- XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
- XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Constituição Federal de 1988

- Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Constituição Federal de 1988

- Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Constituição Federal de 1988

- Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:
 - I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
 - II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
 - III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
 - IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
 - V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Legislação Federal

- Conforme dito anteriormente, em 1977 houve a alteração do Capítulo V, Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, referente à segurança e medicina do trabalho.
- Podemos dizer que essa norma pode ser considerada como a “mãe da segurança” do trabalho, pois foi a partir dela que surgiu uma portaria que aprovou uma variedade de Normas Regulamentadoras, as quais vêm inovando a área de saúde e segurança do trabalho, até os dias de hoje.

Normas Regulamentadoras

- NR 01 – Disposições Gerais
- NR 02 – Inspeção Prévia
- NR 03 – Embargo ou Interdição
- NR 04 – Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho
- NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual - EPI
- NR 07 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional
- NR 08 – Edificações
- NR 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

Normas Regulamentadoras

- NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
- NR 12 – Máquinas e Equipamentos
- NR 13 – Caldeiras e Vasos de Pressão
- NR 14 – Fornos
- NR 15 – Atividades e Operações Insalubres
- NR 16 – Atividades e Operações Perigosas
- NR 17 – Ergonomia
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
- NR 19 – Explosivos
- NR 20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis

Normas Regulamentadoras

- NR 21 – Trabalho a Céu Aberto
- NR 22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração
- NR 23 – Proteção Contra Incêndios
- NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
- NR 25 – Resíduos Industriais
- NR 26 – Sinalização de Segurança
- NR 27 – Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB (Revogada pela Portaria GM n.º 262/2008)
- NR 28 – Fiscalização e Penalidades
- NR 29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário
- NR 30 – Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário

Normas Regulamentadoras

- NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura
- NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde
- NR 33 - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados
- NR 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval
- NR 35 - Trabalho em Altura
- NR 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados

Referências

- DECRETO Nº 41.721, DE 25 DE JUNHO DE 1957, disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm>
- LEI Nº 6.514 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977, CAPÍTULO V, disponível em:
<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6514.htm>>
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, disponível em:
<http://servicos.cariacica.es.gov.br:8080/dadosweb/download/Constituicao_Federal.pdf>
- NORMAS REGULAMENTADORAS - SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, disponível em:
<<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nrs.htm>>